

**KARSTEN S.A.**

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Karsten S.A. ("Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B<sup>3</sup>), sob os códigos CTKA3 (ON) e CTKA4 (PN).

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

**Continuidade Operacional**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 339.803 (R\$ 339.280 em 31 de dezembro 2016), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 208.188 (R\$ 209.315 em 31 de dezembro 2016), e o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 300.910 (R\$ 296.311 em 31 de dezembro 2016). O capital circulante líquido negativo é decorrente, em boa parte, pela dívida de debêntures no montante de R\$ 387.117 em 31 de dezembro de 2017, cujo o vencimento final foi dia 10 de janeiro de 2017. A partir de 01 de janeiro de 2015, a Companhia descontinuou os pagamentos referente as debêntures e os montantes vencidos totalizaram R\$ 298.699 em 31 de dezembro de 2016, sendo que até a presente data a Companhia não conseguiu renegociar essa dívida.

A administração segue em processo de discussão com as debêntures conforme detalhado na nota explicativa 14.

A Administração efetuou a avaliação sobre a capacidade de continuidade das operações da Companhia, a qual está baseada em medidas para a diminuição do endividamento e a recuperação da lucratividade. Para melhorar o resultado, a Companhia está trabalhando nas seguintes frentes para reestruturação operacional/comercial:

- redução da necessidade de capital de giro através de melhorias nos processos internos;
- investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos de última geração que serão utilizados na modernização dos processos produtivos, visando redução de custos, aumento da produtividade, automatização de processos e melhorias na qualidade do produto;

- interlocução junto aos credores das debêntures, visando alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação está levando em conta as necessidades de investimentos para os próximos anos, necessários para retomada dos resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira;
- melhoria do mix e qualificação do portfólio de produtos;
- melhoria da margem de contribuição através da substituição de linhas de baixo retorno;
- aumento da participação das linhas mais rentáveis no faturamento da Companhia;
- para o ano de 2018, a Companhia continuará com a expansão do varejo, com foco no “*E-commerce*”.

Com estas medidas a Administração espera que os resultados futuros demonstrem um melhor equilíbrio financeiro e a melhora dos resultados.

## 2 BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2018. Em consonância com o artigo 122 do Estatuto da Companhia, a aprovação das contas da Administração será realizada privativamente pela Assembléia Geral.

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### b) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição no período abrangido por estas demonstrações contábeis e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima.

e) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber
- Nota 7 – Estoques
- Nota 11 – Imobilizado

- Nota 12 – Intangível
- Nota 15 – Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos judiciais
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Nota 23 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

f) Consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas:	Percentual de Participações	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controlada</u>		
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%	99,99%

### 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração destas Demonstrações contábeis, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de cada transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e perdas resultantes das variações das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

b) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tem o direito legal e a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativo:

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Banco conta movimento (nota 4), contas a receber (nota 6), outras contas a receber e os ativos com patre relacionadas (nota 9).

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

O ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras (nota 5).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado*

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros ao custo amortizado são representados por fornecedores (nota 13) empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14) e outras contas a pagar, os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros ao custo amortizado são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O cálculo do valor presente dos ativos e passivos financeiros não derivativos não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

(iii) *Capital social*

Ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

*(iv) Instrumentos financeiros derivativos*

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não possuem operações financeiras com derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 7), incluem os saldos em caixa, em contas correntes (Bancos conta movimento) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado a valor presente.

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

e) Estoques

De acordo com o CPC 16 (R1) e IAS 2, os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques da Companhia estão registrados pelo custo de aquisição ou produção, incluindo gastos incorridos no transporte, na aquisição, custos de produção, transformação e armazenagem dos estoques. Nos estoques de produtos manufaturados e produtos em elaboração são adicionados os custos gerais de fabricação. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Quando necessário, foram reconhecidas provisão para perdas nos estoques.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são

reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em que teve origem nos termos do CPC 29 e IAS 41.

g) Imobilizado

A Companhia adotou as políticas do Imobilizado em conformidade com o CPC 27 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados (arrendamento



financeiro) são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

	Vida útil média em anos
Edificações e benfeitorias	27
Máquinas e instalações	13
Veículos	5
Móveis e utensílios	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### h) Ativos intangíveis

##### (i) *Software*

Os Softwares são mensurados pelo custo e deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se houver.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

##### (ii) *Marcas*

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas têm vida útil indefinida e são testadas anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*).

##### (iii) *Ágio - Goodwill*

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante na aquisição de controladas é demonstrado como

ativo intangível nas demonstrações contábeis consolidadas. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor de recuperável acumulados.

(iv) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são de 5 anos.

i) Redução ao valor recuperável conforme CPC 01 (R1) e IAS 36

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há

indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Em conformidade com o CPC 25 e IAS 37, as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente

decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros e planos de bônus de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

m) Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

n) Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado como outras receitas quando a subvenção se torna recebível.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

q) Informação por segmento

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8, um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui os seguintes segmentos de negócio: indústria e varejo, como divulgado na nota explicativa 25.

r) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação

pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações contábeis:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

- IFRS 16 – Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2019, para facilitar o entendimento da norma vigente IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 aborda das diferenças de modelo contábeis entre os dois pronunciamentos.

- Emenda ao IFRS 2 (CPC 10) Pagamento baseado em ações – Emitida em junho de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	72	59	159	76
Bancos conta movimento	825	475	1.507	688
Aplicações financeiras (i)	<u>1</u>	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>894</u>
	<u>898</u>	<u>541</u>	<u>1.667</u>	<u>1.658</u>

- (i) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), e são remuneradas em 98% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários). As aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

## 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 98% e 100% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários), classificadas no ativo circulante porque estão vinculadas a operações de empréstimos e financiamentos e contrato de energia, ambos com vencimento no curto prazo.

## 6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Clientes no país	100.729	87.074	104.801	89.152
Clientes no exterior	11.004	5.462	11.004	5.462
Valores a receber de partes relacionadas (i)	31.769	16.186	-	-
Créditos Eletrobrás a receber (ii)	2.500	2.500	2.500	2.500
Outras contas a receber	384	377	384	377
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.847)	(2.898)	(3.900)	(3.221)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(920)</u>	<u>(526)</u>	<u>(920)</u>	<u>(526)</u>
	<u>141.619</u>	<u>108.175</u>	<u>113.869</u>	<u>93.744</u>
 Circulante	 137.731	 105.298	 109.981	 90.867
Não Circulante	<u>3.888</u>	<u>2.877</u>	<u>3.888</u>	<u>2.877</u>

- (i) A Companhia apresenta os montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes", que está detalhado por empresa na nota explicativa 9.
- (ii) A Companhia possui o saldo a receber de créditos processuais da Eletrobrás decorrente de processos movidos pela Kasrten.

A composição do saldo de contas a receber de clientes, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	97.448	85.325	101.310	87.403
Vencidos há 30 dias	6.071	2.321	6.102	2.321
Vencidos de 31 a 60 dias	2.289	1.182	2.306	1.182
Vencidos de 61 a 90 dias	484	592	499	592
Vencidos de 91 a 180 dias	394	204	430	204
Vencidos há mais de 180 dias	<u>5.047</u>	<u>2.912</u>	<u>5.158</u>	<u>2.912</u>
	111.733	92.536	115.805	94.614
Valores a receber de partes relacionadas	31.769	16.186	-	-
Créditos Eletrobrás a receber	2.500	2.500	2.500	2.500
Outras contas a receber	384	377	384	377
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.847)	(2.898)	(3.900)	(3.221)
(-) Ajuste a valor presente	<u>(920)</u>	<u>(526)</u>	<u>(920)</u>	<u>(526)</u>
	<u>141.619</u>	<u>108.175</u>	<u>113.869</u>	<u>93.744</u>

O contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas, líquidos da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais	130.628	103.199	102.878	88.768
Dólares norte – americanos	10.991	4.976	10.991	4.976
Euros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>141.619</u>	<u>108.175</u>	<u>113.869</u>	<u>93.744</u>



A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(1.589)</u>	<u>(2.055)</u>
Créditos provisionados no exercício	(2.447)	(2.466)
Créditos recuperados no exercício	354	393
Créditos baixados definitivamente por perda	739	862
Créditos renegociados	<u>45</u>	<u>45</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.898)</u>	<u>(3.221)</u>
Créditos provisionados no exercício	(1.397)	(1.450)
Créditos recuperados no exercício	380	396
Créditos baixados definitivamente por perda (i)	64	371
Créditos renegociados	<u>4</u>	<u>4</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(3.847)</u>	<u>(3.900)</u>

A Companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão de R\$ 3.847 e R\$ 3.900 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente.

(i) Créditos baixados definitivamente por perda considera:

- Títulos vencidos são encaminhados à uma empresa de cobrança, onde permanecem por até 90 dias. Após o período de 180 dias, a diretoria financeira realiza a aprovação da baixa definitiva por perda.

A despesa com a constituição para as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui R\$ 6.297 (R\$ 9.087 em 31 de dezembro 2016) em duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos.

## 7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos e mercadorias	22.094	32.434	25.494	35.641
Produtos em elaboração	17.087	17.864	17.087	17.864
Matérias-primas	12.514	13.798	12.514	13.798
Almoxarifado	3.182	62	3.182	62
Material de embalagem	141	2.508	141	2.508
Importação em andamento	2.717	1.822	2.861	1.847
Adiantamento a fornecedores	2.637	1.538	2.637	1.538
Provisão para perdas (i)	<u>(7.007)</u>	<u>(9.248)</u>	<u>(7.007)</u>	<u>(9.248)</u>
	<u>53.365</u>	<u>60.778</u>	<u>56.909</u>	<u>64.010</u>
	Controladora e Consolidado			
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2016	(9.248)			
Reversão de provisão	2.241			
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017	<u>(7.007)</u>			

(i) A provisão para perda em estoques considera:

- estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa; e
- matéria-prima sem movimentação há mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda. A constituição de provisão para perdas dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía R\$ 812 (R\$ 2.775 em 31 de dezembro de 2016) de estoques vinculados a empréstimos e financiamentos.

## 8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PIS/Cofins (i)	1.327	6.911	1.553	7.340
Imposto de renda e contribuição social (ii)	401	268	1.395	1.188
IPI	267	880	267	963
ICMS	1.586	763	1.909	1.281
INSS	159	159	159	159
Outros tributos a recuperar	<u>269</u>	<u>-</u>	<u>269</u>	<u>-</u>
	<u>4.009</u>	<u>8.981</u>	<u>5.552</u>	<u>10.931</u>
Circulante	3.599	8.521	5.101	10.471
Não circulante	410	460	451	460

- (i) A Lei nº 11.941/2009, também conhecida como REFIS da Crise, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP 651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013. A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e, por conta dessa adesão desfez a contabilização dos valores pagos de parcelamentos anteriores, permanecendo o saldo líquido da dívida em contas passivas específicas do programa. No dia 30 de agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, conforme mencionado na nota explicativa 17.
- (ii) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de imposto de períodos anteriores, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – “Selic”.

## 9 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Honorários da diretoria	2.758	2.908
Conselho de administração	<u>1.125</u>	<u>1.057</u>
	<u>3.883</u>	<u>3.965</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores, o qual está detalhado na nota 24.

b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

c. Transações e saldos – Controladora

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Prazos médios, datas e vencimentos</u>
<b>Ativo circulante</b>				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u> <u>(Nota 6)</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	10	10	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	314	153	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>31.445</u>	<u>16.023</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>31.769</u>	<u>16.186</u>		
<b>Ativo não circulante</b>				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	1.535	1.313	TIR + CDI	Indeterminado
Trucasa Comercial Ltda.	393	393	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>7.788</u>	<u>14.196</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>9.716</u>	<u>15.902</u>		
<b>Passivo circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(24.268)	(25.154)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(1.911)	(1.769)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>(192)</u>	<u>(50)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(26.371)</u>	<u>(26.973)</u>		
<b>Passivo não circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(10.006)	-	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(10.006)</u>	<u>-</u>		
Classificado como:				
Fornecedores (Nota 13)	(24.769)	(25.516)		
Débito com controladas	<u>(1.602)</u>	<u>(1.457)</u>		
	<u>(26.371)</u>	<u>(26.973)</u>		

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	<u>Vendas</u>		<u>Resultado financeiro</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	-	222	191
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	-	-	(145)	(179)
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>16.079</u>	<u>12.339</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>16.079</u>	<u>12.339</u>	<u>77</u>	<u>12</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

d. Transações e saldos – Pessoal chave da administração

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Encargos</u>	<u>Prazos médios, datas e vencimentos</u>
<b>Passivo circulante</b>				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Pessoal chave da administração	-	(581)	1,5% a.m.	30/11/2017
<b>Movimentação:</b>				
				<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016				<u>(581)</u>
Pagamentos				644
Juros				(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2017				<u>=</u>

As despesas financeiras reconhecidas no exercício foram R\$ 63 (R\$ 95 em 31 de dezembro 2016). Em 30 de novembro de 2017 a Companhia quitou o saldo da dívida.

Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época.

A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

# 10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO DE INVESTIDAS

## a. Movimentação dos investimentos

	Investimentos			Passivo a descoberto		
	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	Total investimento	Trucasa Comercial Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Total passivo a descoberto
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.552	1.759	17.311	(1.114)	(5.551)	(6.665)
Equivalência patrimonial em controladas	2.229	(239)	1.990	(7)	(6.588)	(6.595)
Margem de lucro nos estoques	-	-	-	-	(631)	(631)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>17.781</u>	<u>1.520</u>	<u>19.301</u>	<u>(1.121)</u>	<u>(12.770)</u>	<u>(13.891)</u>

## b. Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2017

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do exercício	2.229	(239)	(6.588)	(7)
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.584
Reservas de lucro	3.250	-	-	-
(Prejuízos) lucros acumulados	(56.671)	(13.447)	(4.210)	(3.698)
Lucro não realizado nos estoques	-	-	(2.611)	-
Total do patrimônio líquido	<u>17.781</u>	<u>1.520</u>	<u>(12.770)</u>	<u>(1.121)</u>
Quotas	68.973	15.206	639	2.584
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

c. Outras informações relevantes sobre os investimentos

- (i) Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2015, os conselheiros aprovaram a transferência das operações das controladas Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda. e Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. localizadas na cidade de Maracanaú no estado do Ceará para a controladora Karsten S.A. na cidade de Blumenau em Santa Catarina. A produção das linhas de cama Trussardi foi retomada a partir do mês de julho de 2015.

- (ii) Karsten Comércio Têxtil Ltda.

Dedicada ao ramo de serviços de licenciamento de franquias da marca Trussardi, comercialização de produtos e ainda prestação de serviço de administração financeira. Em 2015 foram inauguradas três novas lojas em São José (SC), Balneário Camboriú (SC) e Curitiba (PR), em 2016, foram inauguradas a loja de Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP) e, em 2017 foi inaugurada uma loja em Porto Belo (SC). Desta forma, a Companhia pretende ampliar cada vez mais a disponibilidade dos produtos ao consumidor final.



## 11 IMOBILIZADO

### a. Movimentação

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxas de depreciação (%)		3,71	7,53	16,47	20,94		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.245	25.925	26.635	3.872	258	1.860	103.795
Adições (i)	-	1	8.499	1.412	38	11.685	21.635
Transferências (i)	134	1.560	6.857	74	-	(8.625)	-
Baixas	-	(401)	(1.267)	(307)	(2)	(870)	(2.847)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-
Impairment (Reversão)	-	401	137	254	-	-	792
Depreciação	-	(1.097)	(3.900)	(1.529)	(72)	-	(6.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>45.379</u>	<u>26.389</u>	<u>36.961</u>	<u>3.776</u>	<u>222</u>	<u>4.050</u>	<u>116.777</u>
Adições (ii)	6	68	4.602	1.284	150	1.831	7.941
Transferência (ii)	90	1.846	1.741	26	-	(3.703)	-
Baixas	-	(1)	(75)	(25)	-	-	(101)
Impairment (Reversão)	-	-	26	13	-	-	39
Depreciação	-	(1.196)	(4.480)	(1.364)	(75)	-	(7.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>45.475</u>	<u>27.106</u>	<u>38.775</u>	<u>3.710</u>	<u>297</u>	<u>2.178</u>	<u>117.541</u>

- (i) Das adições em máquinas e equipamentos em 2016, o montante de R\$ 15.356 refere-se a equipamentos adquiridos pela Companhia para melhoria do processo produtivo dos setores de fiação, tecelagem, beneficiamento, confecção e expedição.
- (ii) Em 2017 foi investido o montante de R\$ 6.343 em máquinas e instalações para melhoria do processo produtivo dos setores de fiação, tecelagem, beneficiamento, confecção e expedição.

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	
Taxa de depreciação (%)		4,18	7,53	17,57	20,94		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.245	26.666	26.508	4.244	257	2.313	105.233
Adições	-	916	8.498	2.520	38	11.736	23.708
Transferência	134	1.656	6.857	481	-	(9.128)	-
Baixas	-	(401)	(1.412)	(338)	(2)	(870)	(3.023)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	401	283	254	-	-	938
Depreciação	-	(1.285)	(3.901)	(1.849)	(72)	-	(7.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>45.379</u>	<u>27.953</u>	<u>36.833</u>	<u>5.312</u>	<u>221</u>	<u>4.051</u>	<u>119.749</u>
Adições	6	232	4.602	1.291	150	1.830	8.111
Transferência	90	1.819	1.741	53	-	(3.703)	-
Baixas	-	(522)	(76)	(107)	-	-	(705)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	450	26	13	-	-	489
Depreciação	-	(1.516)	(4.480)	(1.824)	(75)	-	(7.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>45.475</u>	<u>28.416</u>	<u>38.646</u>	<u>4.738</u>	<u>296</u>	<u>2.178</u>	<u>119.749</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

A movimentação referente ao *impairment* do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2016	(1.074)
Baixa de provisão (i)	489
Constituição de provisão	-
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2017	<u>(585)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, ocorreram baixas de bens que a Companhia considerou sem condições de uso e venda, os itens referidos tinham sido provisionados pela Companhia em anos anteriores

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui bens do ativo imobilizado registrados contabilmente no valor de R\$ 119.749 (R\$ 119.749 em 31 de dezembro de 2016), avaliados a valor de mercado no valor de R\$ 200.870 (R\$ 206.387 em 31 de dezembro de 2016), dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 12. INTANGÍVEL

### a. Movimentação

	Controladora			
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	172	536	1.944	2.652
Adições	-	383	485	868
Transferências	-	-	(1)	(1)
Baixas <i>Impairment</i> (Reversão)	-	-	29	29
Amortização	-	(224)	-	(224)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>172</u>	<u>695</u>	<u>2.457</u>	<u>3.324</u>
Adições	10.000	343	-	10.343
Transferências	-	2.457	(2.457)	-
Amortização	<u>-</u>	<u>(659)</u>	<u>-</u>	<u>(659)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.172</u>	<u>2.836</u>	<u>-</u>	<u>13.008</u>

  

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Software	Implantação ERP	Ágio ( <i>Goodwill</i> )	Total
Taxa de amortização (%)		20			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.172	547	1.944	14	12.677
Adições	-	400	486	-	886
Baixas	(25)	-	(1)	-	(26)
<i>Impairment</i> (Reversão)	-	-	29	-	29
Amortização	<u>-</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(226)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>10.147</u>	<u>721</u>	<u>2.458</u>	<u>14</u>	<u>13.340</u>
Adições	(19.500)	355	34	-	(19.111)
Baixas	-	-	(11.199)	-	(11.199)
Transferência	-	2.456	(2.456)	-	-
Baixas <i>Impairment</i> (Reversão)	19.500	-	11.199	-	30.699
Amortização	<u>-</u>	<u>(663)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(663)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.147</u>	<u>2.869</u>	<u>36</u>	<u>14</u>	<u>13.066</u>

b. Recuperabilidade (*impairment*) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo intangível de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda.

Em 2017, a Companhia analisou a recuperabilidade do seu imobilizado e do intangível marcas e patentes através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por avaliadores renomados mundialmente como Aswath Damodaran e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 13,78% a.a.

A provisão do montante de R\$ 19.500 constituída em 31 de dezembro de 2014 sobre marcas e patentes na Karsten Nordeste, foi revertida em 04 de outubro de 2017 devido a transferência da Marca Trussardi para a Karsten S.A. Em 31 de dezembro de 2017 a controladora não identificou nenhum fato que justificasse a necessidade efetuar uma provisão para perda do Intangível (*impairment*).

Em virtude da baixa utilização do ERP atual, a Administração decidiu pela descontinuidade do projeto e, em 2014, constituiu provisão no montante de R\$ 14.270. A Companhia adquiriu outro ERP e migrou para o novo sistema em 1 de janeiro de 2017, onde reverteu a provisão feita anteriormente.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores no país	23.105	16.031	23.509	17.172
Fornecedores no exterior	3.263	1.681	3.263	1.681
Valores a pagar de partes relacionadas	24.769	25.516	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(309)</u>	<u>(71)</u>	<u>(309)</u>	<u>(71)</u>
	<u>50.828</u>	<u>43.157</u>	<u>26.463</u>	<u>18.782</u>
Circulante	49.207	42.555	24.842	18.180
Não circulante	1.621	602	1.621	602

## 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### a. Composição de saldo

		Controladora		Consolidado	
	Encargos anuais (%)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Moeda nacional					
Debêntures	CDI + 4,50 a.a.	387.117	298.699	387.117	298.699
FINEP	4 a 5,25% a.a.	2.983	4.782	2.983	4.782
BNDES FIXO	4,50 a 8% a.a.	221	320	221	320
BNDES TJLP	TJLP + 7 a.a.	41	59	41	59
Capital de giro	CDI + 5,40 a 20 a.a.	4.722	32.413	4.722	34.462
EGF	10,50% a.a.	5.244	2.036	5.244	2.036
Moeda estrangeira					
ACC	VC+ 6,20 a.a.	-	1.639	-	1.639
FINIMP	VC+ 10,00 a.a.	-	3.479	-	3.479
		<u>400.328</u>	<u>343.427</u>	<u>400.328</u>	<u>345.476</u>
Circulante		396.088	336.565	396.088	338.614
Não circulante		4.240	6.862	4.240	6.862

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	2.775	-	2.775
2019	2.257	2.104	2.257	2.104
2020	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>	<u>1.983</u>
	<u>4.240</u>	<u>6.862</u>	<u>4.240</u>	<u>6.862</u>

Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais - R\$	400.328	338.309	400.328	340.358
Dólares dos Estados Unidos - US\$	-	3.517	-	3.517
Euro - EUR	-	<u>1.601</u>	-	<u>1.601</u>
	<u>400.328</u>	<u>343.427</u>	<u>400.328</u>	<u>345.476</u>

### Movimentação dos empréstimos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	343.427	345.476
Captações	28.760	28.760
Juros	90.748	90.874
Variação cambial	74	74
Pagamento de principal	(60.146)	(62.171)
Pagamento de juros	<u>(2.535)</u>	<u>(2.685)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>400.328</u>	<u>400.328</u>

### Debêntures

Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª emissão de 158 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 158.501, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme.

As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da sua emissão, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. O vencimento final de ambas as séries, ocorreu no dia 10 de janeiro de 2017, porém não foram pagas. As debêntures têm carência de 15 meses contados da data de emissão para início da amortização de principal e a remuneração incidente sobre elas será paga trimestralmente, a partir da data de emissão, sendo seu valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O custo desse instrumento foi firmado em CDI + 4,5% ao ano.

As debêntures foram emitidas em duas séries conforme a seguir:

- (i) 1ª série: até R\$ 139.040;
- (ii) 2ª série: até R\$ 19.461.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures foram utilizados para (i) alongamento do perfil de dívida da Companhia e de suas sociedades controladas; e (ii) reforço do seu capital de giro.

Em 16 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou as seguintes alterações nas condições originais de emissão das debêntures:

- redução da taxa de juros da operação de 4,5% a.a para 3% a.a para o período outubro de 2013 a janeiro de 2015;
- carência para o pagamento do principal até janeiro de 2015; e

- carência para pagamento dos juros até outubro de 2014.

Em 13 de março de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- ratificação de “*waiver*” (consentimento) referente ao não cumprimento dos “*covenants*” (índices financeiros); e
- autorização para a venda e liberação do imóvel denominado ETE (estação de tratamento de efluentes) dado em garantia das debêntures.

Em 04 de abril de 2014, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram:

- estabelecimento de novo índice financeiro, em complemento àqueles constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, representando a obrigação da emissora de que o endividamento máximo seja de R\$ 356.860 em setembro de 2014;
- autorização para que a emissora utilize os recursos da venda da ETE para reforço do capital de giro; e
- autorização para alienação das fazendas de propriedade da emissora e utilização dos recursos para amortização de dívidas mais onerosas para a emissora.

Em 29 de setembro de 2014 houve a entrada de novos acionistas ocorrendo alteração do controle societário da Companhia. Foram retomadas as negociações junto aos credores das debêntures com o objetivo de alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento da operação à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação levou em consideração as necessidades de investimentos para os próximos anos necessários para retomar resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices financeiros constantes da alínea (y) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão, desta forma não cumprindo os “*covenants*” previstos. Consequentemente, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o saldo das debêntures registrados no passivo não circulante no montante de R\$ 70.533. A partir de 01 de janeiro de 2015, devido a dificuldade de geração de caixa, a Companhia optou em descontinuar com os pagamentos das debêntures. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia também não atingiu os índices financeiros e o “*waiver*” (consentimento) não havia sido emitido. Com o objetivo de adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia, em 2016, conforme mencionado na nota 1, a Companhia retomou o processo de interlocução iniciado em setembro de 2014 junto aos credores das debêntures.

Em 09 de maio de 2016 foi ajuizada execução da 1ª Emissão Pública de Debêntures, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo sob número 1046522-06.2016.8.26.0100, sendo que a Companhia foi devidamente citada em 08 de agosto

de 2016. Nesta ação foram nomeados à penhora os mesmos bens imóveis dados em garantia ao título originário. Por entender que os bens indicados a penhora não são suficientes para garantir a execução, o agente fiduciário se manifestou requerendo reforço de penhora de mais um bem imóvel juntamente com um crédito decorrente de uma ação de cumprimento de sentença em trâmite a favor da Companhia.

Em 01 de dezembro de 2016 o juiz determinou a avaliação, pelo oficial de justiça, dos bens que garantiam a escritura originária. A Companhia interpôs recurso requerendo a conexão entre a execução e a ação cautelar com a consequente suspensão, dos atos executórios até que se julgue em definitivo a ação anteriormente proposta pela devedora, este recurso foi julgado improcedente e a Companhia interpôs embargos de declaração que, por sua vez, também foi indeferido. Agora a Companhia aguarda o julgamento de seu Recurso Especial.

O Tribunal de Justiça ainda decidiu a favor do credor, determinando a penhora no rosto dos autos e, expedição de auto de reforço de penhora do imóvel adicional. Desta decisão a Companhia interpôs mais um agravo de instrumento, alegando que as penhoras não deveriam ter sido deferidas antes de qualquer avaliação, sendo que o recurso foi provido para determinar que se afaste o reforço de penhora requerido. O credor interpôs embargos de declaração, o qual foi indeferido, afastando então assim o reforço de penhora.

Em 09 de agosto de 2017 a Companhia foi citada na execução que tem por objeto a segunda série de emissão de debêntures, na qual foi deferido arresto antes mesmo da citação da Companhia. Desta decisão, a Companhia agravou e, após isto, ocorreu a citação.

Foi lavrado Termo de Penhora em 15 de agosto de 2017 de um imóvel da Companhia que foi mais do que suficiente para garantir a execução.

b. Cláusulas restritivas

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Os referidos índices são os seguintes:

- relação entre dívida líquida e EBITDA (refere-se à sigla em inglês para “Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização/exaustão”) igual ou inferior a 4,0 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- relação entre EBITDA e despesa financeira líquida maior ou igual a 1,7 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- relação entre ativo circulante e passivo circulante igual ou superior a 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014.



Conforme informado anteriormente a Companhia não atingiu os índices financeiros de “covenants” em 31 de dezembro de 2014 e por este motivo, a dívida foi reclassificada para o passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2017 esse *status* não se alterou.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 o valor de mercado das garantias de hipotecas de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, penhor mercantil, recebíveis e estoques oferecidos em garantia de operações financeiras representava R\$ 207.979 (R\$ 218.249 em 31 de dezembro de 2016). O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

### a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	222	1.403	263	2.203
Cíveis	331	412	-	1.433
Fiscais	<u>17</u>	<u>15.893</u>	<u>232</u>	<u>15.848</u>
	<u>570</u>	<u>17.708</u>	<u>495</u>	<u>19.484</u>
	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	246	1.403	286	2.272
Cíveis	331	412	-	1.434
Fiscais	<u>17</u>	<u>15.927</u>	<u>232</u>	<u>15.935</u>
	<u>594</u>	<u>17.742</u>	<u>518</u>	<u>19.641</u>

b. Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.484	19.641
Baixa de processos	-	-
Pagamento de processos	(877)	(877)
Mudança de estimativa nos processos em aberto	(899)	(1.122)
Entrada de novos processos	<u>-</u>	<u>100</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>17.708</u>	<u>17.742</u>

c. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Fiscais - referem-se ao Pedido de Ressarcimento de Crédito Presumido de IPI - Período de 1998 a 2003, Pedido de Ressarcimento de Cofins Não-Cumulativo 3º Trimestre de 2004 e Pedido de Ressarcimento de PIS/Pasep Não-Cumulativo relativo as Exportações realizadas no 3º Trimestre de 2004;
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Ações cíveis - as principais ações se referem a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

d. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e pelos seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme abaixo:

- Fiscais: R\$ 127.262 (R\$ 35.095 em 31 de dezembro de 2016), composto por 39 processos. As principais ações referem-se a Auto de Infração, que exige o pagamento de multa isolada em razão da compensação de direitos creditórios existentes em DCTF (CPRB) no valor de R\$ 60.338; Ação em que se discute o ressarcimento de IPI, créditos básicos do 3º Trimestre de 2011 no valor de R\$ 14.784; Auto de Infração sobre PIS e Cofins da competência janeiro/2012 a 12/2013 referente aos Créditos Extemporâneos no valor de R\$ 13.876; Notificação Fiscal de Contribuições Previdenciárias no ano de 2008 no valor de R\$ 9.296; TRI.00056 no valor de R\$ 6.587; Execução Fiscal sobre Contribuição

para financiamento de aposentadorias especiais, do período de 04/1999 a 08/2003 no valor de R\$ 5.091; Auto de Infração sobre IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre o Mútuo no ano de 2006 no valor de R\$ 4.625; TRI.00057 no valor de R\$ 3.287; Auto de Infração, IRPJ e CSLL dos períodos de 2011 e 2012 em virtude de glosa de despesas financeiras, reconhecimento de IOF em operações de mútuo como despesa dedutível, suposto ganho de capital com alienação de imóvel e créditos de processo ativo considerado como receita tributável no valor de R\$ 1.959; Auto de Infração sobre IRPJ e CSLL em relação ao ano base 2010, sobre benefício fiscal (subvenção) recebido no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará no valor de R\$ 1.444; Auto de Infração no ano de 2008 de multa por falta de informações na entrega da GFIPS no valor de R\$ 1.184 e glosa na declaração de PIS e Cofins no ano de 2006 no valor de R\$ 1.087;

- Trabalhistas: R\$ 722 (R\$ 6.077 em 31 de dezembro de 2016), composto por 16 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- Cíveis: R\$ 29.573 (R\$ 1.041 em 31 de dezembro de 2016), composto por 10 processos. O principal processo trata-se de Execução da 2ª Emissão de Debêntures datada de 20/01/2012 referente a quantia de R\$ 29.174; As demais contingências referem-se a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a. Apuração dos tributos do exercício com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo contábil antes dos impostos	(50.437)	(96.185)	(52.966)	(96.185)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	17.149	32.703	18.008	32.703
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(1.780)	(2.055)	-	-
Despesas indedutíveis	(1.891)	(169)	(2.519)	-
Imposto de renda e contribuição social	13.478	30.479	15.489	32.703
Parcela não reconhecida de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	36.436	(30.873)	36.952	(33.097)
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	49.914	(394)	52.441	(394)
Corrente	-	-	-	-
Diferido	49.914	(394)	52.441	(394)
	49.914	(394)	52.441	(394)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$ 110.917 (R\$ 179.313 em 31 de dezembro de 2016) de prejuízo fiscal e R\$ 112.874 (R\$ 180.643 em 31 de dezembro de 2016) de base negativa de contribuição social que podem ser utilizados para compensar até 30% do lucro tributável anual futuro, por prazo indeterminado. Estes valores de prejuízo fiscal e base negativa são os saldos após a utilização do valor descrito na nota 18.

Conforme mencionado na nota 1, nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Sociedade sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- (i) Em 30 de março de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária, onde desistiu de parcelamentos anteriores, refinanciou parte do passivo tributário e incluiu novos débitos com vencimento até 30 de novembro de 2016 nos termos da Medida Provisória. Na composição da dívida a companhia utilizou parte da base de cálculo do prejuízo fiscal no montante de R\$ 115.909 e parte da base de cálculo negativa da CSLL no montante de R\$ 115.909. No dia 30 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, incluindo novos débitos que por força da Medida Provisória não puderam ser incluídos no PRT, conforme mencionado na nota explicativa 17.

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora		
	31/12/2016	Adições	31/12/2017
<u>Passivo</u>			
Receitas não tributadas	(2.877)	2.877	-
Custo atribuído	(36.908)	-	(36.908)
Depreciação vida útil	<u>(25.559)</u>	<u>1.779</u>	<u>(23.780)</u>
	(65.344)	4.656	(60.688)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(22.217)</u>	<u>1.583</u>	<u>(20.634)</u>

	Consolidado		
	31/12/2016	Adições	31/12/2017
<u>Passivo</u>			
Receitas não tributadas	(2.877)	2.877	-
Custo atribuído	(36.908)	-	(36.908)
Depreciação vida útil	<u>(27.264)</u>	<u>3.484</u>	<u>(23.780)</u>
	(67.049)	6.361	(60.688)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(22.796)</u>	<u>2.162</u>	<u>(20.634)</u>

17. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PIS/Cofins – Parcelamento Lei 12.996 (i)	-	45.613	-	45.613
PIS/Cofins – Parcelamento PGFN	-	7.875	-	7.875
PIS/Cofins – Parcelamento PRT (ii)	7.422	-	7.422	-
PIS/COFINS – Parcelamento PERT (iii)	-	-	-	-
PIS/Cofins	849	1.437	850	3.457
INSS	-	1.755	-	1.755
INSS – Parcelamento PRT	363	-	363	-
INSS – Parcelamento PERT	-	-	-	-
ICMS	1.034	1.501	1.082	1.739
ICMS – Parcelamento	1.008	-	1.008	-
Outros	<u>875</u>	<u>1.030</u>	<u>918</u>	<u>1.403</u>
	<u>11.551</u>	<u>59.211</u>	<u>11.643</u>	<u>61.842</u>
Circulante	10.439	58.080	10.531	60.699
Não circulante	1.112	1.131	1.112	1.143

- (i) A Lei nº 11.941/2009, instituiu a possibilidade de parcelamento de débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008. Contudo a Lei nº 12.996/2014, que decorre da conversão em Lei da MP 638/2014 e, alterada pela MP

651/2014 estabeleceu a reabertura, até o dia 25 de agosto de 2014, para a adesão ao parcelamento com a inclusão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013.

- (ii) Em 04 de janeiro de 2017, foi instituído o Programa de Regularização Tributária (PRT) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da MP 766/2017, que possibilitou aos contribuintes parcelarem débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2016.
- (iii) Em 31 de maio de 2017, foi instituído o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através da MP 783/2017, que permitiu aos contribuintes reparcelarem débitos federais vencidos até 30 de abril de 2017.

Para optar pelo Programa de Regularização Tributária (PRT), a Companhia desistiu dos parcelamentos vigentes, tendo como premissa básica o fato de que os débitos confessados à título de PIS e Cofins em DCTF, não foram objeto de qualquer alteração, nem para diminuir, nem para aumentar os débitos e tendo a possibilidade para a realização de retificações da DCTF, promoveu novamente a “desvinculação” dos DARF’s originalmente vinculados aos débitos declarados e cancelou as declarações de compensações feitas até a adesão do novo programa. Com isso, a Companhia entendeu que tornou-se devedora de débitos já declarados anteriormente a título de PIS e Cofins entre as competências de setembro de 2014 a outubro de 2016 e a título de CPRB entre as competências de outubro de 2014 a outubro de 2016. A Companhia incluiu também no PRT, débitos de IOF entre as competências de dezembro de 2013 a abril de 2017 e a título de INSS entre as competências de março de 2014 a janeiro de 2016. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção um total de débitos de R\$ 51.824.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia utilizou a compensação de 76% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 39.409. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 12.445 a serem parcelados em 24 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 31 de março de 2017 e a última, com vencimento para 28 de fevereiro de 2019.

A Administração com o suporte dos seus assessores externos, entende que possui argumentos válidos para ser considerada apta a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT) e por conta desse forte argumento legal, desfez a contabilização de tributos ativos e passivos de parcelamentos anteriores, registrando o saldo do encontro de contas desses antigos parcelamentos versus o novo parcelamento, em rubricas específicas na Contabilidade. Os débitos dos tributos que por força da MP 766/17 não puderam ser inclusos no Programa de Regularização Tributária (PRT), voltaram para as contas correntes tributárias a recolher e totalizaram em R\$ 8.733 de principal e R\$ 10.666 atualizados até a opção do novo programa.

Com o advento do novo programa de parcelamento “MP 783”, a Companhia desistiu de parcelamentos Ordinários de PIS e Cofins e aderiu ao Programa Especial de Regularização

Tributária (PERT), incluindo o total de débitos restantes permitidos pela devida Medida Provisória. Os débitos tributários que foram objeto da adesão ao PERT, são PIS e Cofins das competências de novembro de 2016 à março de 2017 e débito de INSS (GFIP) de novembro de 2017. Ao montante dos débitos foram acrescidos juros “Selic” e multas de mora, que perfizeram na data da opção o total de débitos atualizados em R\$ 10.823.

Do montante dos débitos acima mencionados, a Companhia beneficiou-se da redução de 90% dos juros “Selic” e de 50% da multa de mora, que foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.213 e após esses abatimentos da dívida, a Companhia efetuou a compensação de 84% de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no montante de R\$ 9.014. O saldo líquido da dívida, totalizou o montante de R\$ 596 a serem parcelados em 5 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento para 31 de agosto de 2017 e a última, com vencimento para 31 de dezembro de 2017.

Em cumprimento da “MP 783”, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia quitou a última parcela, extinguindo o saldo da dívida com o PERT.

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 28.784.041 ações ordinárias e 33.269.710 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 62.053.751 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja agrupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista da Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ (33,55) (R\$ (33,73) em 31 de dezembro 2016)

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil “ajuste a avaliação patrimonial” líquido do efeitos dos impostos.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Receita bruta de vendas e serviços</u>				
Mercado interno	348.317	354.131	359.965	357.176
Mercado externo	33.315	31.129	33.315	31.129
Prestação de serviços	73	-	884	574
Venda de sub-produtos	4.188	957	4.188	957
(-) Ajuste a valor presente	(273)	(4.710)	(273)	(4.710)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(16.963)</u>	<u>(14.572)</u>	<u>(25.679)</u>	<u>(18.332)</u>
Receita operacional antes dos impostos	<u>368.657</u>	<u>366.935</u>	<u>372.400</u>	<u>366.794</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(61.195)</u>	<u>(55.435)</u>	<u>(62.624)</u>	<u>(55.524)</u>
Receita operacional líquida	<u>307.462</u>	<u>311.500</u>	<u>309.776</u>	<u>311.270</u>

20. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	(7.774)	(6.822)	(8.558)	(7.333)
Despesas com pessoal	(81.886)	(103.879)	(85.772)	(106.652)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(108.796)	(100.808)	(109.146)	(108.425)
Ajustes de inventário	1.171	192	1.403	192
Provisão para perdas nos estoques (nota 7)	2.241	2.642	2.241	2.642
Frete e demais despesas variáveis	(11.111)	(15.042)	(11.116)	(15.047)
Comissões e indenizações a representantes	(12.955)	(14.129)	(13.551)	(14.179)
Despesas com vendas e marketing	(10.733)	(7.943)	(12.112)	(9.063)
Aluguéis e utilidades	(12.802)	(22.511)	(14.481)	(23.976)
Serviços profissionais	(18.171)	(17.488)	(18.865)	(18.149)
Outros Gastos	<u>(21.629)</u>	<u>(22.838)</u>	<u>(22.637)</u>	<u>(13.704)</u>
	<u>(282.445)</u>	<u>(308.626)</u>	<u>(292.594)</u>	<u>(313.694)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(186.637)	(201.495)	(186.582)	(200.089)
Despesas com vendas	(63.932)	(72.445)	(72.745)	(78.906)
Despesas gerais e administrativas	<u>(31.876)</u>	<u>(34.686)</u>	<u>(33.267)</u>	<u>(34.699)</u>
	<u>(282.445)</u>	<u>(308.626)</u>	<u>(292.594)</u>	<u>(313.694)</u>



## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros recebidos	1.136	1.721	959	1.560
Descontos recebidos	152	147	158	244
Variações cambiais ativas	1.774	3.325	1.774	3.325
Rendimentos de aplicações financeiras	264	487	825	857
Ajuste a Valor Presente	511	4.621	511	4.621
Outras receitas financeiras	<u>14</u>	<u>20</u>	<u>14</u>	<u>20</u>
	<u>3.851</u>	<u>10.321</u>	<u>4.241</u>	<u>10.627</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e encargos	(4.137)	(16.259)	(4.254)	(16.212)
Descontos concedidos	(1)	(49)	-	(51)
Variações cambiais passivas	(2.221)	(3.769)	(2.221)	(3.769)
Despesas bancárias	(698)	(943)	(816)	(1.333)
Encargos financeiros com financiamentos	(3.355)	(2.830)	(3.742)	(3.450)
Encargos financeiros com debêntures	(88.418)	(72.132)	(88.418)	(72.132)
Ajuste a Valor Presente	(459)	(2.817)	(459)	(2.817)
Outras despesas financeiras	<u>(1.300)</u>	<u>(5.961)</u>	<u>(1.880)</u>	<u>(6.140)</u>
	<u>(100.589)</u>	<u>(104.760)</u>	<u>(101.790)</u>	<u>(105.904)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(96.738)</u>	<u>(94.439)</u>	<u>(97.549)</u>	<u>(95.277)</u>

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Outras receitas</u>				
Incentivos fiscais	1.332	-	1.332	-
Receita na venda de ativo imobilizado, intangível e biológico	72	667	72	683
Vendas de subprodutos	2.276	1.535	2.276	1.534
Receita de energia de reserva	1.359	409	1.359	409
PIS e Cofins sobre depreciação	78	129	78	129
Aluguéis recebidos	259	227	259	227
Ganho de Processos Tributários	21.379		21.379	
Outras receitas	<u>5.403</u>	<u>135</u>	<u>6.667</u>	<u>277</u>
	<u>32.158</u>	<u>3.102</u>	<u>33.422</u>	<u>3.259</u>
<u>Outras despesas</u>				
Custo referente baixa de ativo imobilizado, intangível e biológico	(358)	(1.966)	(461)	(2.117)
Perda do valor não recuperável intangível	-	29	-	29
Perdas e impostos sobre Vendas Diversas	(3.427)	(1.094)	(3.437)	(1.096)
Provisão para perda com desvalorização de ativos	-	792	-	938
Reversão de verbas de publicidade	779	1.071	779	1.071
Outras despesas	<u>(2.632)</u>	<u>(511)</u>	<u>(2.902)</u>	<u>(568)</u>
	<u>(5.638)</u>	<u>(1.679)</u>	<u>(6.021)</u>	<u>(1.743)</u>
Outros resultados líquidos	<u>26.520</u>	<u>1.423</u>	<u>27.401</u>	<u>1.516</u>

## 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gerenciamento do risco financeiro

#### Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco liquidez
- Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

#### a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

##### (i) *Risco cambial*

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que

reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólar americano) nos montantes descritos a seguir.

### Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2017				31/12/2016			
	Moeda Estrangeira			Reais	Moeda Estrangeira			Reais
	CHF	EUR	USD		CHF	EUR	USD	
<u>Ativo</u>								
Caixa	-	-	13	44	8	-	8	26
Contas a receber	-	-	3.323	10.991	1.527	-	1.527	4.976
Importações em andamento	<u>56</u>	<u>297</u>	<u>736</u>	<u>3.805</u>	<u>19</u>	<u>238</u>	<u>696</u>	<u>3.106</u>
	<u>56</u>	<u>297</u>	<u>4.072</u>	<u>14.840</u>	<u>1.554</u>	<u>238</u>	<u>2.231</u>	<u>8.108</u>
<u>Passivo</u>								
Fornecedores	-	-	(887)	(2.933)	-	-	(516)	(1.681)
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	(1.571)	(5.118)
Comissões a pagar	-	-	<u>(100)</u>	<u>(330)</u>	-	-	<u>(10)</u>	<u>(32)</u>
	-	-	<u>(987)</u>	<u>(3.263)</u>	-	-	<u>(2.097)</u>	<u>(6.831)</u>
Exposição líquida	<u>52</u>	<u>568</u>	<u>3.085</u>	<u>11.577</u>	<u>1.554</u>	<u>238</u>	<u>134</u>	<u>1.277</u>

#### (ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

#### (iii) Análise de sensibilidade

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade

a taxa de CDI de 6,75 % a.a. e TJLP de 6,75 % a.a.. Um total de empréstimos de R\$ 13.017 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2017 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 3,34 para Dólar e de R\$ 4,11 para Euro.

Os cenários a seguir foram estimados para o período de um ano:

	31/12/2017	Risco	Consolidado					
			Provável		25%		50%	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Operação								
Aplicações financeiras	3.181	Alta do CDI	6,75	(4)	8,61	55	10,34	110
Empréstimos	387.117	Alta do CDI	6,75	(542)	8,61	(6.668)	10,34	13.336
Operação								
Empréstimos	41	Alta da TJLP	6,75	-	8,45	(1)	10,14	(1)
Total	<u>390.298</u>			<u>(546)</u>		<u>(6.614)</u>		<u>(13.445)</u>
Taxa de câmbio								
Exposição líquida	-	Alta do US\$	3,34	-	4,13	-	4,96	-
Exposição líquida	-	Alta do EUR	4,11	-	4,96	-	5,95	-

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

(i) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

(ii) *Equivalentes de caixa*

A Companhia monitora ativamente as suas posições e a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) *Exposição ao risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	898	541	1.667	1.658
Aplicações financeiras	1.657	2.888	3.180	5.354
Contas a receber de clientes	138.735	105.298	110.985	90.867
Outras contas a receber	<u>10.800</u>	<u>6.853</u>	<u>10.856</u>	<u>7.715</u>
	<u>152.090</u>	<u>115.580</u>	<u>126.688</u>	<u>105.594</u>

(iv) *Perdas por redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

		Controladora			
		Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		396.088	2.104	1.983	-
Fornecedores		49.516	1.621	-	-
Outras contas a pagar		<u>(827.644)</u>	<u>(31.598)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(382.040)</u>	<u>(27.873)</u>	<u>1.983</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		337.377	3.047	4.275	-
Fornecedores		42.626	602	-	-
Outras contas a pagar		<u>11.305</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>391.308</u>	<u>3.649</u>	<u>4.275</u>	<u>-</u>
		Consolidado			
		Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		396.088	2.104	1.983	-
Fornecedores		25.151	1.621	-	-
Outras contas a pagar		<u>(831.388)</u>	<u>(17.742)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(410.149)</u>	<u>(14.017)</u>	<u>1.983</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		339.560	3.047	4.275	-
Fornecedores		18.251	602	-	-
Outras contas a pagar		<u>11.780</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>369.591</u>	<u>3.649</u>	<u>4.275</u>	<u>-</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total dos Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 14)	400.328	343.427	400.328	345.476
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(898)	(541)	(1.667)	(1.658)
(-) aplicações financeiras (nota 5)	<u>(1.657)</u>	<u>(2.888)</u>	<u>(3.180)</u>	<u>(5.354)</u>
Dívida líquida	<u>397.773</u>	<u>339.998</u>	<u>395.481</u>	<u>338.464</u>

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- redução de custos e despesas através do orçamento matricial;

- reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas: Abertura de lojas com ênfase no varejo;
- redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- caixa e bancos - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- aplicações financeiras - são classificadas como empréstimos e recebíveis.
- contas a receber - são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- partes relacionadas - são classificados como empréstimos e recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- empréstimos - são classificados como outros passivos financeiros, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.



### Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa – empréstimos e recebíveis	1.667	1.658
Aplicações financeiras – empréstimos e recebíveis	3.180	5.354
Contas a receber – empréstimos e recebíveis	<u>110.985</u>	<u>90.867</u>
	<u>115.832</u>	<u>97.879</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores – passivos financeiros a custo amortizado	26.463	18.782
Outras contas a pagar – passivos financeiros a custo amortizado	33.704	32.867
Empréstimos, financiamentos e debêntures– passivos financeiros a custo amortizado	<u>400.328</u>	<u>345.476</u>
	<u>460.342</u>	<u>397.125</u>

### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 24. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral confere direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitirá ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

<b>Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções</b>	<b>Prazos de Carência para o exercício das opções</b>	<b>Percentual de opções liberado para exercício</b>	<b>Quantidade de dias úteis *</b>
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	543
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	792
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	1.296

\* As Opções de Compra poderão ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deverá pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options, considerando os seguintes fatores:

<b>Código da ação</b>	<b>Tipo da ação</b>	<b>Prazo da opção (em dias úteis)</b>	<b>Quantidade de opções</b>	<b>Volatilidade da ação (%)</b>	<b>Taxa de juros livre de risco (%)</b>	<b>Preço da ação</b>	<b>Preço do exercício</b>	<b>Precificação da Opção</b>	<b>Diferença da Opção</b>	<b>Valor a apropriar em (R\$ mil)</b>
CTKA 3	Ordinária	543	1.502.168	430,18%	12,73%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	792	1.502.168	430,18%	12,55%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.253
CTKA 3	Ordinária	1296	1.802.599	430,18%	12,19%	1,50	0,0002	1,50	1,50	2.704
CTKA 3	Preferencial	543	1.736.556	135,26%	12,73%	0,36	0,0002	0,36	0,15	625
CTKA 3	Preferencial	792	1.736.556	135,26%	12,55%	0,36	0,0002	0,36	0,21	625
CTKA 3	Preferencial	1296	2.083.864	135,26%	12,19%	0,36	0,0002	0,36	0,29	750
			<u>10.363.911</u>							<u>9.210</u>

A reserva registrada no patrimônio líquido, acumulada desde o seu lançamento (05 de dezembro de 2014) até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.832.

## 25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

	Consolidado			
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	31/12/2017
Receita líquida de vendas	295.474	14.302	309.776	309.776
Custo do produto vendido	(175.399)	(11.183)	(186.582)	(186.582)
Lucro bruto	120.075	3.119	123.194	123.194
Contas a receber de clientes	108.177	2.808	110.985	110.985
Contas a pagar de fornecedores	25.793	670	26.463	26.463
Imobilizado	116.719	3.030	119.749	119.749
	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	31/12/2016
Receita líquida de vendas	302.232	8.464	310.696	310.696
Custo do produto vendido	(193.925)	(6.164)	(200.089)	(200.089)
Lucro bruto	108.307	2.300	110.607	110.607
Contas a receber de clientes	88.391	2.476	90.867	90.867
Contas a pagar de fornecedores	18.270	512	18.782	18.782
Imobilizado	116.487	3.262	119.749	119.749

Além das receitas líquidas de vendas acima apresentadas, a Companhia e suas controladas obtiveram receitas de serviços R\$ 884 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 574 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

## 26. INCENTIVOS FISCAIS

A controlada Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos, consistem na redução de 69,75% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. A controlada não utilizou o incentivo nesse exercício.

A controlada Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda. goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos na comercialização de produtos. Esses incentivos consistem na redução de 60% do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) tendo como base o valor do imposto a pagar. Nos anos de 2015, 2016 e 2017 a controlada não apurou incentivos.

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou o valor de R\$ 17.423 (R\$ 20.645 em 31 de dezembro 2016) registrados contabilmente como redutora de impostos sobre vendas – ICMS.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

### Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

#### Cálculo do lucro/prejuízo básico por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(523)	(96.579)
Ações ordinárias e preferenciais	<u>6.205</u>	<u>6.205</u>
Resultado líquido por ação básico - R\$	<u>(0,08)</u>	<u>(15,56)</u>

#### Cálculo do lucro/prejuízo diluído por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício atribuível aos detentores de ações:	(523)	(96.579)
Número médio ponderado de ações em circulação - básico	6.205	6.205
Número de ações potenciais (opções de ações)	1.036	1.036
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	<u>7.241</u>	<u>7.241</u>
Resultado líquido diluído por ação - R\$	<u>(0,07)</u>	<u>(13,34)</u>

## 28. COMPROMISSOS

### a. Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia possui contratos para aquisição de ativos para 31 de dezembro de 2017, sendo que estes não foram incorridos até o encerramento do exercício.

	Controladora e Consolidado
Máquinas e Equipamentos	<u>1.091</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.091</u>

### b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendados. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante os períodos de vigência desses contratos.

### c. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais preveem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme a seguir:

Contratos de Algodão: Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, este contrato vai para arbitragem (na Bolsa onde o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

## 29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são de R\$ 810.976, respectivamente para o Grupo e para a Companhia. Composta de R\$ 609.874 para danos materiais e R\$ 201.102 para lucros cessantes. A cobertura de seguros contra responsabilidade civil para o Grupo e para a Companhia é de R\$ 22.000.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

---